



Editorial

Carolina Bezerra de Souza*

Sabrina Senger**

Thayane Cazallas do Nascimento***

Foi em um momento difícil para mulheres, para ambientalistas, para as comunidades tradicionais que a ideia do dossiê desta edição da Revista Coisas do Gênero foi gestada. Diante de um preocupante cenário que reúne o aumento do número de queimadas na região do cerrado brasileiro, o crescimento do desmatamento na Floresta Amazônica, o crime ambiental de poluição por derramamento de óleo que atingiu diversas costas brasileiras no ano de 2019, entre outros crimes ambientais de impactos similares, diversos grupos e organizações têm denunciado a ausência governamental na proteção dos biomas e comunidades tradicionais.

A realização da Marcha das Margaridas fez parte do contexto em que vivíamos naquele momento. Esta marcha é uma manifestação realizada desde o ano 2000, por mulheres rurais, em que participam agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas. Acontece em Brasília a cada quatro anos, no dia 12 de agosto, para fazer memória ao assassinato da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, morta em 1983. Na sua edição de 2019, em protesto às medidas tomadas pelo governo Bolsonaro, a primeira Marcha das Mulheres Indígenas¹ se uniu às camponesas, onde o grito pela proteção da terra demarcada, preservação da

* Carolina Bezerra de Souza é doutora e mestra em Ciências da Religião pela PUC-Goiás, é bacharela em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Fez estágio pós-doutoral na Faculdades EST em Teologia Bíblica Feminista. Atua como docente e pesquisadora do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST. Contato: carolbsouza@gmail.com

** Sabrina Senger é mestra e bacharela em Teologia pela Faculdades EST. Atua como assistente de pesquisa no Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST. Contato: binasenger@hotmail.com

*** Thayane Cazallas do Nascimento é doutora em Educação, mestra em Ciências Sociais pela Unisinos-São Leopoldo, bacharela e licenciada em Ciências Sociais, Gestora Pública. Contato: thaycazcaz@gmail.com

¹ É possível acessar o documento final “Lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida”, elaborado pela primeira Marcha das Mulheres indígenas, em: CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final:** “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida”. Brasília, 15 ago. 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>>. Acesso em: 18 out. 2020.



natureza, a manutenção e ampliação dos direitos das mulheres e a superação das violências, foi reforçado.

Nesse sentido, a edição “Ecofeminismos(s), Teologias e Territórios” da Revista Coisas do Gênero, emerge do interesse em reunir produções contemporâneas desde o campo das teologias feministas e ecofeministas, em diálogo com outras áreas do conhecimento e transversalidades.

Outro acontecimento recente que tem exigido resistência, especialmente das mulheres, é a pandemia de COVID-19. Ela ainda não estava em um horizonte perceptível quando pensamos este dossiê, porém, está singularmente conectada à temática do ecofeminismo, como decorrência da exploração exacerbada do meio ambiente, e teve muito impacto na produção desta edição de Coisas do Gênero. A chamada e o processo de editoração deste dossiê ocorreram simultaneamente à erupção de casos de contágio por COVID-19 e medidas de isolamento social. A pandemia impactou de diversas maneiras a sociedade, trazendo à superfície marcadores de vulnerabilidade como raça e etnia, classe social, gênero e habitação. Já nos primeiros meses da pandemia, constatou-se que o número de situações e casos de violência doméstica aumentou consideravelmente². Além do medo e da insegurança ocasionados pela expansão da nova doença, conjugar os múltiplos papéis sociais, as duplas ou triplas jornadas a um espaço reduzido foi outro grande desafio, especialmente vivido por mulheres mães. Incluímos nesse contexto de adaptação e desafios o atraso da publicação desta edição Ano 06, nº 01. A edição “Ecofeminismo(s), Teologias e Territórios” será publicada em modalidade aberta, acolhendo propostas de artigos que dialoguem com a proposta deste dossiê.

Desde a década de 1970, quando surge o termo ecofeminismo, discute-se a relação entre duas bases que estruturam a sociedade atual: o patriarcado e o capitalismo. Entendendo que as mulheres são as maiores vítimas da violência da degradação ambiental, os movimentos ecofeministas são aqueles cujas ações articulam, em uma perspectiva sistêmica, a busca por direitos iguais para mulheres e homens e por sustentabilidade e a defesa do meio-ambiente. Tais movimentos propõem o fim da cultura patriarcal capitalista e a valorização da vida de todos os seres, ou seja, um novo sistema relacional entre a humanidade e entre ela e a natureza.

Sob a ótica do ecofeminismo, a exploração da natureza, da fauna e da flora, ocorre na mesma medida que a exploração da vida das mulheres, dada a visão do sistema patriarcal, que é etnocêntrico e capitalista, colocando em risco as conquistas do direito e justiça social da diversidade

² FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 2. ed. Nota técnica, 29 maio 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2020.



e pluralidade do bem viver. Como aponta Vandana Shiva³, sob uma monocultura mental que ignora os fundamentos de outros saberes, das múltiplas existências da vida animal, do ar, da terra, das árvores e dos rios, configurando o descaso no trato das relações com a natureza, como nas relações estabelecidas socialmente para com as mulheres e seus corpos. O ecofeminismo apresenta uma alternativa crítica a essa estrutura de relações e convida a questionar e suspeitar dos paradigmas sustentadores desse sistema colonizador. As correntes ecofeministas são diversas em suas abordagens, mas, de forma geral, procuram compreender e transformar a dominação que opera simultaneamente sobre mulheres e natureza.

Esta edição da Revista Coisas do Gênero conta com uma sessão de artigos de temática geral, o dossiê e mais algumas seções conectadas à temática do dossiê. A capa desta edição “Ecofeminismo(s), Teologias e Territórios” remete a símbolos de resistência como a mata, o grafismo de povos indígenas, o rosto de Margarida Alves e o movimento de mulheres em marcha. Queremos, assim, representar as diversas temáticas envolvidas no dossiê.

A Revista apresenta uma entrevista com a teóloga e filósofa Ivone Gebara, onde ela e Sabrina Senger refletem sobre uma Teologia Ecofeminista, atualidade e espiritualidade. A seção memória versa sobre a vida de Margarida Alves, líder sindical camponesa alagoana assassinada nos anos 1980. Margarida virou símbolo da luta das camponesas e inspirou o movimento social Marcha das Margaridas. Além disso, há um espaço para relatos de experiência, onde a organização social brasileira de inspiração cristã “Diaconia” narra sobre sua atuação no Projeto do plantio de algodão em consórcios agroecológicos, realizado sob uma abordagem da justiça de gênero.

A sessão Documento reproduz a cartilha Feminismo Camponês e Popular do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O MMC é um movimento organizado em dezoito estados e se identifica pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta pela libertação da mulher⁴. A cartilha foi lançada em 2018 e trabalha a participação política das mulheres camponesas, fazendo memória de suas lutas, organização de classe, e instruindo sobre o sistema capitalista, patriarcal e racista que marginaliza as mulheres do campo. Queremos agradecer ao MMC pela gentileza de autorizar a reprodução da cartilha e à teóloga e pastora metodista Nancy Cardoso por intermediar esse contato.

Também a sessão resenha apresenta-se conectada à temática do dossiê, onde Mariéli Saft, no texto “A força das mulheres frente à luta contra o capitalismo devastador”, apresenta suas

³ SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Trad. de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1993.

⁴ Veja mais em: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <<https://www.mmcbrazil.com.br/>>. Acesso em: 18 out. 2020.



impressões sobre o livro “Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios”, de Ana Isla; Miriam Nobre; Renata Moreno; Sheyla Saori; e Yayo Herrero.

A seguir, a Revista apresenta uma sessão contendo artigos de temática geral. No artigo “A (in)suficiente atuação estatal ante a exploração sexual no Brasil: marginalização das mulheres em situação de prostituição e os reflexos de uma sociedade machista”, Ana Caroline de Souza Mendes traça um estudo sobre a questão legal em relação à prostituição feminina e a marginalização dessas mulheres. Ela faz uma descrição do debate jurídico brasileiro, mostra modelos de prostituição legal pelo mundo comparando com a situação brasileira e reflete sobre a conexão entre a prostituição e a exploração de mulheres.

O artigo “O espírito correto de obediência: A mulher criminalizada entre a cruz e o magistrado (Ceará, 1974-1984)”, de Cynthia Corvello, faz uma análise interdisciplinar do prontuário de uma das mulheres que passaram pelo sistema prisional cearense entre 1974 e 1984 e de outros documentos. Com esse estudo, verifica a permanência de uma moral religiosa nos dispositivos disciplinares estatais direcionados às mulheres criminalizadas durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Em seu artigo “O protagonismo das personagens nos contos de fadas modernos”, Luciano Dias de Sousa, Flávio Aparecido de Almeida, Samuel Sampaio Fialho e Adriano Simioni Alvim fazem uma análise literária e feminista das protagonistas femininas das produções da Disney Valente (2012), Frozen (2013-2019) e Malévola (2014-2019). Consideram a influência cultural dos contos de fada, que estas personagens diferem do estereótipo feminino dos contos de fada clássicos e que as produções culturais precisam responder a seu tempo.

Silvia Regina Siqueira Loureiro Oliveira e Mayra Guilhermina de Oliveira, no artigo “Violência contra a mulher no Brasil: Análise em suas dimensões subjetivo cultural e jurídica”, trabalham esse tipo de violência como um fenômeno de múltiplas dimensões e buscam discutir a atuação estatal na coibição e enfrentamento da violência e na proteção das mulheres.

A última sessão é o dossiê, que se encontra ainda aberto a submissões e, até o dia da publicação da Revista, conta com três artigos. No primeiro artigo, “(Eco)feminismo camponês e os elementos inseridos em Mad Max: a estrada da fúria”, Neusa Schnorrenberger e Rosângela Angelin retomam a evolução das ideias do ecofeminismo e fazem um diálogo com a releitura feita em 2015 de uma trilogia fílmica anterior, identificando na obra elementos ideológicos ecofeministas e denúncias.



O artigo “El Salmo 92, modelo para el diálogo con el ecofeminismo desde una lectura feminista latinoamericana” foi redigido por Mercedes Garcia Bachmann. Trata-se de uma abordagem, voltada para a atualidade, do Salmo 92, que pode ser interpretado a partir dos aportes interdisciplinares que são ventilados pelo ecofeminismo, e também as teologias latino-americanas da libertação.

Em “Parteiras e o ofício de ‘pegar criança’ e ‘cortar umbigo’ na Reserva Extrativista Mapuá, Ilha do Marajó”, Natalia Monge Zúñiga, Benedita Celeste de Moraes Pinto e Flávio Bezerra Barros discutem, a partir das narrativas de oito mulheres com esse ofício na região, os saberes tradicionais peculiares e a importância social das parteiras como agentes promotoras de saúde por serviço e não por lucro.

Esperamos que as contribuições reunidas nesse dossiê colaborem para as reflexões nas problemáticas relacionadas com os ideais ecofeministas, e também à respeito da relação com os povos tradicionais, seus saberes e da ocupação de seus territórios. Boa leitura!

Referências

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final**: “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida”. Brasília, 15 ago. 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 2. ed. Nota técnica, 29 maio 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <<https://www.mmcbrazil.com.br/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Trad. de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1993.